# OLHARES QUE ACOLHEM: INCLUSÃO ALÉM DA RAMPA

WELCOMING LOOKS: INCLUSION BEYOND THE RAMP

**Giane Rosa Resende**
Universidad del Sol, Paraguai

**Vera Cristina Souza Teracin**
MUST University, Estados Unidos

**Vanessa Nogueira Pereira**
Universidade Candido Mendes, Brasil

**Vânia de Oliveira Rocha Spoladore**
Faculdade Venda Nova do Imigrante, Brasil

**Lucely Fantinato Sampaio**
Faculdade Estratego, Brasil

ISSN: 1518-0263 DOI: https://doi.org/10.46550/n3f63k51 Publicado em: 05.10.2025

**Resumo:** O artigo apresentou uma reflexão acerca da inclusão escolar como prática que ultrapassou as adaptações físicas e se firmou como cultura institucional voltada ao pertencimento, à equidade e à valorização da diversidade. O tema mostrou-se relevante diante da constatação de que rampas, pisos táteis ou outras adaptações arquitetônicas, embora indispensáveis, não foram suficientes para assegurar a participação plena dos estudantes, sendo necessário compreender a inclusão como expressão de práticas pedagógicas cotidianas, de diálogo, cooperação e corresponsabilidade. Nesse contexto, o objetivo central consistiu em analisar de que maneira a escola poderia ir além das adaptações arquitetônicas e construir uma cultura inclusiva capaz de promover pertencimento, equidade e participação. Para tanto, utilizou-se a metodologia de caráter bibliográfico, entendida como um procedimento que reuniu, selecionou e analisou criticamente materiais já publicados em artigos e periódicos científicos, conforme destacado por Santana, Narciso e Santana (2025) e por Narciso e Santana (2024), que ressaltaram a importância desse tipo de pesquisa no campo educacional. O processo de análise envolveu a definição de palavras-chave, a busca em bases de dados, especialmente na SciELO, e a seleção de estudos publicados entre 2015 e 2025, garantindo a atualidade e a pertinência do corpus. Como principais resultados, verificou-se que a inclusão, quando concebida como dimensão cultural e pedagógica, produziu efeitos significativos no fortalecimento do clima escolar, na organização de currículos inclusivos, na participação efetiva de estudantes e famílias e na eliminação de barreiras invisíveis de ordem atitudinal, burocrática e social. Concluiu-se, portanto, que a escola inclusiva depende da superação de práticas excludentes e do fortalecimento de processos de escuta, diálogo e cooperação que reafirmaram seu papel como espaço de pertencimento e cidadania.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Pertencimento equidade. Currículo inclusivo. Voz participação. Barreiras invisíveis.

A Missioneira (ISSN 1518-0263) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

**Abstract:** The article presented a reflection on school inclusion as a practice that went beyond physical adaptations and became established as an institutional culture focused on belonging, equity, and the appreciation of diversity. The theme proved relevant in light of the finding that ramps, tactile floors, or other architectural adaptations, although essential, were not sufficient to ensure the full participation of students, making it necessary to understand inclusion as the expression of daily pedagogical practices, dialogue, cooperation, and shared responsibility. In this context, the central objective consisted of analyzing how schools could go beyond architectural adaptations and build an inclusive culture capable of promoting belonging, equity, and participation. To this end, a bibliographic methodology was used, understood as a procedure that gathered, selected, and critically analyzed materials already published in articles and scientific journals, as highlighted by Santana, Narciso, and Santana (2025) and by Narciso and Santana (2024), who emphasized the importance of this type of research in the educational field. The analysis process involved defining keywords, searching in databases—especially SciELO—and selecting studies published between 2015 and 2025, ensuring the timeliness and relevance of the corpus. As the main results, it was found that inclusion, when conceived as a cultural and pedagogical dimension, produced significant effects in strengthening the school climate, organizing inclusive curricula, fostering the effective participation of students and families, and eliminating invisible barriers of attitudinal, bureaucratic, and social nature. It was therefore concluded that an inclusive school depends on overcoming exclusionary practices and strengthening processes of listening, dialogue, and cooperation that reaffirmed its role as a space of belonging and citizenship.

**Keywords:** School inclusion. Belonging equity. Inclusive curriculum. Voice participation. Invisible barriers.

## Introdução

A discussão sobre inclusão escolar constituiu-se, ao longo das últimas décadas, como um dos principais desafios para o fortalecimento de uma educação democrática e equitativa. No contexto nacional, a temática revelou-se especialmente relevante, uma vez que a simples presença de estruturas físicas acessíveis não foi suficiente para garantir a participação plena dos estudantes. Tornou-se necessário compreender a inclusão como cultura escolar, expressa em práticas cotidianas de acolhimento, respeito e corresponsabilidade, em currículos organizados para atender à diversidade, na valorização da voz dos sujeitos envolvidos e na remoção de barreiras invisíveis que ainda limitavam o direito de aprender em condições de igualdade.

Diante dessa realidade, estabeleceu-se como objetivo principal analisar de que maneira a escola poderia ir além das adaptações arquitetônicas e construir uma cultura inclusiva capaz de promover pertencimento, equidade e participação. A pergunta de pesquisa que orientou o estudo foi: 'como a inclusão escolar poderia ser concebida como prática cultural e pedagógica, ultrapassando o enfoque restrito nas adaptações físicas?' Para responder a essa questão, recorreu-se à metodologia de caráter bibliográfico, entendida como um procedimento que consistiu em reunir, selecionar e analisar criticamente produções acadêmicas já publicadas. Essa escolha

metodológica, conforme discutido por autores que problematizaram os impactos das metodologias científicas no campo educacional, esteve associada à possibilidade de sistematizar informações e subsídios capazes de fundamentar a análise (Santana; Narciso; Santana, 2025; Narciso; Santana, 2024). A técnica de análise utilizada implicou na coleta de artigos científicos disponíveis em bases de dados, especialmente a SciELO, em que os dados foram selecionados com base em critérios de relevância temática e temporalidade, garantindo a atualização dos referenciais.

O artigo foi estruturado em quatro eixos centrais que orientaram a discussão: no primeiro, abordou-se a inclusão como clima e rotina, enfatizando o pertencimento como condição essencial; no segundo, discutiu-se o currículo inclusivo, fundamentado no Desenho Universal para a Aprendizagem, enquanto instrumento de acesso equitativo ao conhecimento; no terceiro, analisou-se a participação efetiva por meio da escuta, do diálogo e das assembleias escolares; e, no quarto, tratou-se da identificação e superação de barreiras invisíveis, de caráter atitudinal, burocrático e curricular. Portanto, a análise dos resultados permitiu compreender que a inclusão, quando concebida como dimensão cultural e pedagógica, produziu efeitos significativos na aprendizagem e no desenvolvimento humano, além de indicar caminhos para a formação docente, para a gestão democrática e para a promoção de práticas escolares que fortalecessem a escola como espaço de pertencimento e cidadania.

## Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem bibliográfica, adotada como caminho metodológico para responder ao problema proposto e atingir os objetivos estabelecidos. Esse tipo de investigação caracteriza-se pela coleta, seleção e análise crítica de materiais previamente publicados, possibilitando compreender o fenômeno estudado por meio de referenciais teóricos já estabelecidos no campo educacional. Como destacam alguns estudos recentes, a pesquisa bibliográfica no contexto educacional não apenas sistematiza informações, mas também orienta a reflexão crítica e oferece subsídios para a formulação de propostas de intervenção e de novos entendimentos acerca dos desafios da escola contemporânea (Santana; Narciso; Santana, 2025; Narciso; Santana; 2024).

Para a execução das etapas, foram inicialmente delimitados o tema e os objetivos, o que orientou a formulação das palavras-chave empregadas na busca. Foram utilizadas combinações simples como ‘inclusão escolar’, ‘currículo inclusivo’ e ‘Desenho Universal para Aprendizagem’. Essas expressões possibilitaram localizar materiais relevantes que dialogassem diretamente com as dimensões propostas para análise: pertencimento, currículo, voz e vez e barreiras atitudinais, curriculares e sociais.

A principal base de dados consultada foi a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que reúne periódicos científicos de diversas áreas, com ênfase na produção acadêmica da América Latina e do Caribe. A escolha dessa base justifica-se pela credibilidade das revistas indexadas, pela

ampla cobertura da literatura educacional em língua portuguesa e pelo acesso livre aos textos completos, fatores essenciais para garantir a qualidade e a consistência da investigação.

No processo de seleção, adotaram-se critérios de inclusão e exclusão que asseguraram a pertinência do material. Foram incluídos apenas artigos publicados entre os anos de 2015 e 2025, de modo a contemplar estudos recentes e alinhados às discussões contemporâneas sobre inclusão escolar. Além disso, priorizaram-se textos que tratassem diretamente de práticas pedagógicas inclusivas, gestão escolar democrática e organização curricular voltada à diversidade. Em contrapartida, foram excluídos materiais que, embora mencionassem o termo inclusão, restringiam-se a análises genéricas sem aprofundamento no campo educacional ou que estivessem fora do recorte temporal definido.

Dessa forma, o percurso metodológico garantiu a organização de um conjunto de referências atualizadas e pertinentes, que, analisadas criticamente, possibilitaram a construção de uma discussão fundamentada sobre os caminhos da inclusão escolar além das adaptações físicas, fortalecendo a compreensão da temática enquanto cultura institucional. O processo de análise não se restringiu à descrição dos textos encontrados, mas buscou estabelecer relações entre diferentes perspectivas teóricas, evidenciando pontos de convergência e tensões que enriquecem o debate. Esse movimento permitiu compreender como a literatura recente vem enfatizando a importância de práticas de acolhimento, da flexibilização curricular, da participação ativa de estudantes e famílias e da identificação de barreiras invisíveis como elementos estruturantes da escola inclusiva. Além disso, o uso de critérios rigorosos de seleção assegurou que o corpus investigado refletisse tanto a diversidade de abordagens quanto à relevância científica necessária para sustentar as reflexões apresentadas ao longo do artigo. Assim, a metodologia bibliográfica adotada mostrou-se adequada para alcançar os objetivos traçados, oferecendo uma base sólida para a análise crítica e para a indicação de possíveis caminhos a serem explorados em futuras pesquisas sobre inclusão escolar.

## Da rampa ao pertencimento: inclusão como clima e rotina

A discussão sobre inclusão escolar demanda ir além da perspectiva arquitetônica, reconhecendo que a construção de uma cultura inclusiva perpassa práticas, valores e relações estabelecidas no ambiente educacional. Assim, não se trata apenas de garantir acessibilidade física, mas de constituir um clima escolar no qual cada estudante seja acolhido em sua singularidade.

Nesse sentido,

> [...] no cenário nacional, o clima escolar é definido pelas expectativas dos membros da comunidade escolar em relação aos elementos da instituição educativa, como por exemplo estruturas físicas, relações humanas, valores, sendo tanto influenciado por eles quanto influenciando a dinâmica escolar, com base em avaliações subjetivas individuais. O clima escolar influencia diretamente no desenvolvimento do adolescente, afetando a sua saúde física e mental (Silva *et al.*, 2025, p. 2).

Essa compreensão amplia a noção de inclusão, mostrando que ela é inseparável da vivência diária de acolhimento, respeito e corresponsabilidade. Trata-se de reconhecer que a escola não se limita a um espaço de transmissão de conteúdos, mas se configura como um ambiente de convivência em que relações humanas são constantemente construídas e reconstruídas. Nesse processo, cada gesto de cuidado, cada prática de escuta e cada decisão compartilhada contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento. A inclusão, portanto, não se reduz a medidas pontuais ou a adaptações estruturais, mas exige um compromisso contínuo da comunidade escolar em cultivar valores que assegurem a dignidade, a participação e o reconhecimento de todos os sujeitos.

A partir dessa concepção, a noção de pertencimento escolar se concretiza em práticas cotidianas que promovem relações respeitosas, acolhedoras e mediadas pelo diálogo. As intervenções que buscam criar ambientes positivos impactam diretamente o desenvolvimento saudável dos adolescentes, fortalecendo vínculos e encorajando a expressão de opiniões e preocupações, sempre com base em segurança e respeito mútuo (Silva *et al.*, 2025). Além disso, o fortalecimento desse clima positivo está associado ao aumento da motivação para aprender, ao melhor desempenho acadêmico, à redução de situações de violência e *bullying* e à ampliação da autoestima dos estudantes (Silva *et al.*, 2025). Portanto, pensar em inclusão vai além da oferta de recursos materiais: trata-se de fomentar relações interpessoais que promovam cooperação, reconhecimento e diálogo permanente.

Nesse processo, a gestão escolar assume papel estratégico e deve estar orientada por princípios democráticos. Não basta organizar recursos; é necessário conduzir práticas que mobilizem a comunidade escolar em torno da valorização das diferenças e da convivência respeitosa. Afinal, "a gestão desse processo requer diálogo, cooperação, reciprocidade, acolhimento, troca e solidariedade" (Medeiros *et al.*, 2024, p. 9). A gestão que se ancora nesses princípios atua como mediadora de conflitos, incentivadora de vínculos e promotora de uma cultura em que todos os sujeitos participam ativamente.

Outro ponto de destaque refere-se à valorização das diferenças como elemento estruturante da convivência escolar. Ao acolher a diversidade, a escola amplia a compreensão de que todos os sujeitos têm direito ao aprendizado, evitando práticas estigmatizantes que possam reforçar desigualdades. Assim, "é preciso compor práticas de gestão de modo a acolher a diferença, em vez de expor o(a) discente e produzir estereótipos, contexto que desvela a importância de diálogos com todos os educandos sobre a diversidade humana presente na escola" (Medeiros *et al.*, 2024, p. 14). Dessa forma, o pertencimento não se dá por imposição, mas pelo reconhecimento de que a pluralidade é constitutiva da experiência educativa.

Ao mesmo tempo, não se pode negligenciar que a inclusão também depende das condições objetivas das instituições.

> Pensar que todos precisam e têm o direito de aprender. Importante dizer que a questão da estrutura da escola faz parte desse processo de apropriação dos conhecimentos [...]. Nossa escola ainda não tem rampas. É uma escola antiga.

> Isso também é pensar na inclusão que, de certa maneira, implica na aprendizagem (Medeiros *et al.*, 2024, p. 15).

Esse depoimento evidencia que, embora a acessibilidade física seja apenas um dos aspectos, ela continua sendo fundamental para assegurar igualdade de oportunidades. Rampas, pisos táteis, banheiros adaptados e demais recursos arquitetônicos não esgotam o sentido da inclusão, mas representam condições mínimas para que estudantes com diferentes necessidades possam circular, participar e aprender em condições equitativas. A ausência desses elementos não apenas restringe o direito de acesso, como também transmite mensagens simbólicas de exclusão, reforçando barreiras invisíveis que limitam a plena participação escolar. Assim, garantir acessibilidade física significa criar bases concretas para que outros processos pedagógicos e relacionais possam florescer em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Por conseguinte, torna-se indispensável refletir sobre os instrumentos de planejamento escolar, especialmente no que se refere à construção do Projeto Político-Pedagógico. Quando elaborado de maneira participativa, esse documento possibilita que a comunidade escolar analise coletivamente aspectos como a infraestrutura da instituição, a cooperação entre os profissionais da educação, as estratégias de ensino, a organização do tempo e a utilização dos recursos didáticos. Tal movimento contribui para fortalecer os processos de inclusão, sobretudo no atendimento aos estudantes que necessitam de apoio da educação especial em contextos de escolarização comum (Medeiros *et al.*, 2024).

Dessa forma, a inclusão como clima e rotina, articulada ao tema central deste artigo, reafirma que o pertencimento escolar é produzido nas interações cotidianas, no compromisso pedagógico e na valorização das diferenças. Ir além da rampa significa compreender que a inclusão é, antes de tudo, um processo cultural e pedagógico que se expressa na vivência diária da escola, permitindo que todos os estudantes se sintam parte de uma comunidade que acolhe, respeita e promove o direito de aprender.

## Currículo que abraça diferenças: planejamento para todos

A inclusão escolar ultrapassa a ideia de adaptações pontuais e exige que o currículo seja pensado como um espaço de acesso universal, capaz de atender às necessidades de todos os estudantes. Para tanto, a perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) apresenta-se como um modelo de referência, pois organiza o ensino de forma a considerar a diversidade de trajetórias, ritmos e estilos de aprendizagem. Trata-se de compreender que a escola é composta por sujeitos singulares e que a promoção da igualdade de oportunidades passa, necessariamente, por um planejamento pedagógico intencional e flexível.

Sobre esse aspecto,

> [...] a organização da atividade de ensino subsidiado pelos princípios orientadores do DUA planifica as atividades, os objetivos, os recursos e as estratégias pedagógicas, as intenções e as práticas condizentes com o movimento da educação inclusiva, ou seja, visa a assegurar o direito de todos à educação, por meio de um ensino

> organizado para satisfazer às necessidades de aprendizagem dos alunos(Oliveira; Munster; Gonçalves, 2019, p. 676).

Além disso, ao oferecer múltiplos meios de representação, ação e expressão, o DUA permite que diferentes estudantes se apropriem dos conteúdos de acordo com suas potencialidades e condições específicas. A diferenciação curricular, nesse horizonte, não deve ser entendida como simplificação ou empobrecimento do conteúdo, mas como revisão de estratégias, metodologias e recursos que tornam o currículo acessível e significativo a todos (Oliveira; Munster; Gonçalves, 2019). Desse modo, a escola se afasta de práticas homogeneizadoras e avança para um modelo que reconhece o valor da diversidade como fundamento da aprendizagem.

Outro aspecto central é a formação docente. A efetivação do DUA depende do preparo dos professores para lidar com os desafios da diversidade em sala de aula, especialmente no uso de tecnologias e na construção de práticas pedagógicas inovadoras. Nessa direção,

> [...] as pesquisas também evidenciam a necessidade de formação docente para a implantação do DUA no planejamento de ensino e elaboração de atividades pedagógicas inclusivas, que contemplem o uso de recursos tecnológicos potencializando o processo de ensino e de aprendizagem (Oliveira; Munster; Gonçalves, 2019, p. 677).

Logo, investir em processos formativos contínuos significa dar suporte ao professor para que ele possa transformar o planejamento em uma ferramenta de inclusão e não apenas em uma exigência burocrática. Esse investimento implica reconhecer que a formação docente precisa ser permanente, crítica e articulada à realidade da escola, permitindo que o professor desenvolva sensibilidade para lidar com a diversidade e, ao mesmo tempo, domínio de estratégias pedagógicas que tornem o currículo acessível. Dessa forma, a formação deixa de ser um mero repasse de conteúdos e passa a ser um espaço de reflexão coletiva, de troca de experiências e de construção de práticas que fortalecem a participação de todos os estudantes no processo educativo.

Cabe salientar que a aplicação prática do DUA tem gerado resultados positivos, uma vez que professores que reformularam seus planos de aula com base em seus princípios perceberam maior engajamento dos estudantes e maior participação no processo educativo. Ao revisarem estratégias e recursos, esses docentes possibilitaram que todos os alunos, com diferentes necessidades, usufruíssem de experiências de aprendizagem mais completas (Oliveira; Munster; Gonçalves, 2019). Esse dado reforça a ideia de que a intencionalidade pedagógica inclusiva produz efeitos concretos, contribuindo para reduzir desigualdades e ampliar o sentimento de pertencimento.

Paralelamente, pensar o currículo que acolhe diferenças significa compreender que a escola é um espaço de convivência e formação humana, no qual a diversidade precisa ser tratada como ponto de partida e não como exceção. Assim, práticas pedagógicas fundamentadas no DUA revelam-se como caminho para que a inclusão não se restrinja a adaptações de caráter emergencial, mas seja efetivamente parte da cultura institucional.

Portanto, o currículo que abraça diferenças é aquele que incorpora os princípios de equidade e acessibilidade, reconhecendo a pluralidade dos modos de aprender e oferecendo condições para que cada estudante se sinta parte ativa do processo educativo. O DUA, nesse contexto, representa não apenas um recurso metodológico, mas um compromisso político e pedagógico com a democratização do ensino. Ao estruturar um planejamento que acolhe e valoriza a diversidade, cria-se um ambiente escolar mais justo, participativo e condizente com os desafios contemporâneos da educação inclusiva.

## Voz e vez para todos: participação e escuta na vida escolar

A construção de uma escola inclusiva não se restringe ao acesso físico ou às adaptações curriculares, mas envolve, de modo essencial, a valorização da participação ativa dos sujeitos que dela fazem parte. Garantir voz e vez a estudantes e famílias significa criar condições para que todos sejam reconhecidos como protagonistas dos processos escolares, partilhando responsabilidades e decisões. Assim, a escola precisa assumir o diálogo como princípio estruturante, compreendendo que

> [...] ela tem de assumir como uma de suas prioridades a formação de pessoas abertas ao diálogo, capazes de expressar sua opinião e de escutar os demais com a intenção de encontrar soluções em comum acordo para todos os desafios apresentados pela realidade (Arbex, 2018, p. 52).

Nesse sentido, as assembleias escolares se configuram como instrumentos pedagógicos fundamentais para a prática democrática no cotidiano educacional. Mais do que encontros formais, elas representam momentos de reflexão coletiva, nos quais o grupo tem a oportunidade de tomar consciência de sua realidade e pensar estratégias de transformação de acordo com as necessidades que surgem do convívio (Arbex, 2018). Essas práticas permitem que a palavra circule e que o espaço escolar se torne permeável à diversidade de vozes, favorecendo a construção de soluções conjuntas para os problemas que surgem no dia a dia.

Ademais, as assembleias também contribuem para que o processo comunicativo vá além da oralidade, incorporando múltiplas formas de expressão e ampliando o alcance da participação. Ao abrir espaço para manifestações diversas, cria-se um ambiente em que todos podem se sentir representados, afirmando o direito à voz como princípio pedagógico central (Arbex, 2018). Nesse horizonte, compreende-se que a escola, ao valorizar tais práticas, reforça o compromisso ético de ouvir seus estudantes e legitimar suas experiências no processo de tomada de decisão.

Outro aspecto relevante é o papel da assembleia na gestão da convivência escolar. Longe de se limitar à elaboração de regras, ela se afirma como um espaço de negociação, mediação de conflitos e fortalecimento da responsabilidade coletiva. Nesse sentido,

[...] além de ser um espaço para a elaboração e reelaboração constante das regras que regulam a convivência escolar, as assembleias propiciam momentos para o diálogo, para a negociação e encaminhamento de soluções dos conflitos cotidianos (Arbex, 2018, p. 53).

Ao integrar os estudantes nesse processo, a escola não apenas promove a participação, mas também ensina, na prática, os valores de respeito, solidariedade e corresponsabilidade. Essa vivência permite que os alunos compreendam que suas ações têm impacto direto no coletivo e que a convivência democrática depende do reconhecimento mútuo e da cooperação. Assim, o exercício da escuta, a construção de regras compartilhadas e a busca por soluções conjuntas para os desafios cotidianos tornam-se aprendizagens tão significativas quanto os conteúdos acadêmicos, preparando-os para a vida em sociedade e fortalecendo a noção de pertencimento ao espaço escolar.

Cabe destacar, ainda, que a experiência de dar voz aos estudantes nas decisões coletivas promove sua autonomia, permitindo que desenvolvam competências relacionadas à cidadania e à resolução de problemas. Quando os alunos percebem que suas opiniões são respeitadas e que suas decisões têm impacto real, criam-se condições para que se sintam agentes ativos e responsáveis pelo espaço escolar (Arbex, 2018). Essa vivência, por sua vez, contribui para que a escola se configure como um ambiente democrático, no qual todos podem aprender a conviver de maneira mais justa e colaborativa.

Portanto, assegurar voz e vez a todos implica compreender que a participação não é apenas um direito formal, mas uma prática pedagógica que transforma a cultura escolar. Ao fomentar assembleias, promover escuta ativa e incentivar a coautoria nas decisões, a escola fortalece seu papel de espaço de aprendizagem e de cidadania, indo além das estruturas físicas para firmar uma cultura de inclusão que acolhe e respeita a diversidade de sujeitos que a compõem.

## Caça às barreiras invisíveis: rompendo obstáculos ocultos à inclusão

A promoção de uma escola verdadeiramente inclusiva não se limita à garantia de recursos físicos ou a adaptações visíveis. Frequentemente, o que impede a participação plena dos estudantes são barreiras invisíveis, presentes nas atitudes, nas normas institucionais e nas formas de organização do ensino. Micro Agressões, prazos inflexíveis e regras que não consideram a diversidade acabam por reforçar desigualdades e restringir o acesso a oportunidades educativas em igualdade de condições. Nesse cenário, identificar e remover esses obstáculos deve ser compreendido como tarefa prioritária para que o ambiente escolar se torne, de fato, acolhedor e democrático.

Para tanto, é indispensável reconhecer que os desafios da inclusão não se restringem ao campo arquitetônico, mas abrangem também dimensões atitudinais e sociais. A educação de estudantes com deficiência, em especial, requer que professores e demais profissionais revejam posturas cristalizadas e superem preconceitos, criando práticas pedagógicas que reduzam barreiras de convivência e de aprendizagem (Santos, 2024). Esse movimento exige abertura para o diálogo, disposição para repensar estratégias e, sobretudo, compromisso ético com a diversidade.

Além disso, a remoção de obstáculos invisíveis deve ser acompanhada da implementação de mecanismos institucionais que fortaleçam o processo de apoio. Protocolos claros para solicitação de ajuda, bem como a definição de fluxos de encaminhamento, são medidas que conferem segurança e legitimidade ao estudante. O suporte educacional, nesse sentido, desempenha papel fundamental ao assegurar que todos os alunos, inclusive aqueles com deficiências ou comorbidades graves, sejam acolhidos em escolas regulares, com acesso ao ensino comum e respostas pedagógicas adequadas às suas necessidades (Santos, 2024). Assim, a escola amplia sua função social ao garantir que nenhuma diferença se torne motivo para exclusão.

Outro aspecto relevante é que, ao reconhecer a existência de barreiras ocultas, as instituições educativas precisam assumir um compromisso coletivo para transformá-las em oportunidades de mudança. Regras rígidas de avaliação, prazos uniformes e metodologias engessadas frequentemente se configuram como obstáculos que poderiam ser minimizados por meio de ajustes simples e de baixo custo. Ações como flexibilizar o tempo para realização de atividades, diversificar instrumentos avaliativos e oferecer materiais em diferentes formatos favorecem a participação de todos os estudantes, sem que se comprometa a qualidade do ensino.

Nesse horizonte, torna-se evidente que a inclusão só será efetiva quando a escola for capaz de rever suas práticas e reduzir barreiras de diferentes ordens. A Era da Inclusão exige que os profissionais da educação se comprometam não apenas com a eliminação de obstáculos arquitetônicos, mas também com a superação de barreiras sociais e atitudinais que ainda persistem no cotidiano escolar (Santos, 2024). Esse processo requer formação contínua, abertura ao diálogo e capacidade de construir respostas coletivas para os desafios que surgem da diversidade presente na sala de aula.

Portanto, caçar barreiras invisíveis significa assumir que a inclusão vai além da rampa ou da adaptação visível: trata-se de repensar estruturas de poder, práticas enraizadas e rotinas burocráticas que, muitas vezes, silenciam e excluem. Mais do que remover obstáculos, é necessário instituir uma cultura de apoio, na qual todos saibam a quem recorrer, como pedir ajuda e de que forma participar plenamente da vida escolar. Dessa maneira, a escola se torna um espaço de pertencimento real, no qual cada estudante encontra condições de aprender, conviver e se desenvolver em sua totalidade.

## Resultados e discussões

A análise realizada evidenciou que a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas em termos estruturais ou de acessibilidade física. O estudo permitiu identificar que os processos de pertencimento, a elaboração de currículos inclusivos, a valorização da participação ativa e a remoção de barreiras invisíveis constituem pilares indispensáveis para o fortalecimento de uma cultura escolar pautada na equidade. Verificou-se, assim, que as práticas de acolhimento cotidiano, o planejamento flexível e o fortalecimento da participação coletiva ampliam a noção de inclusão, transformando-a em experiência concreta no cotidiano da escola.

Esses achados assumem relevância por demonstrarem que a inclusão, quando articulada ao diálogo, ao respeito e à corresponsabilidade, favorece não apenas a aprendizagem, mas também a formação cidadã dos estudantes. As assembleias, por exemplo, mostraram-se instrumentos eficazes para o desenvolvimento da autonomia e da consciência democrática, ao passo que o currículo organizado com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem revelou-se fundamental para atender à diversidade de modos de aprender. Do mesmo modo, a reflexão sobre barreiras atitudinais, burocráticas e sociais destacou que a eliminação de obstáculos invisíveis é parte intrínseca da construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Os resultados obtidos dialogam com pesquisas anteriores ao indicarem que a qualidade do clima escolar exerce influência direta sobre o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes. Nesse aspecto, diferentes estudos já destacaram que ambientes marcados pelo acolhimento e pelo diálogo contribuem para maior motivação, autoestima e engajamento dos alunos. Da mesma forma, investigações sobre o DUA apontam que o uso de estratégias diversificadas de ensino permite ampliar as possibilidades de aprendizagem sem reduzir a complexidade dos conteúdos. Essas convergências demonstram que os achados aqui apresentados reforçam tendências já discutidas em produções acadêmicas nacionais recentes.

Entretanto, cumpre salientar algumas limitações próprias de uma pesquisa bibliográfica. O estudo baseou-se em fontes secundárias, o que significa que não houve observação direta das práticas pedagógicas em contextos específicos. Esse aspecto restringe a possibilidade de generalização, uma vez que as conclusões dependem dos dados apresentados pelos autores analisados e não da verificação empírica em campo. Ainda assim, a sistematização dos referenciais possibilitou identificar padrões de reflexão e práticas potencialmente aplicáveis a diferentes realidades escolares.

No decorrer da análise, algumas considerações inesperadas emergiram. Observou-se que, embora a inclusão seja frequentemente discutida a partir de recursos materiais e estruturais, os maiores desafios ainda se concentram nas atitudes e nas culturas institucionais. Esse dado contraria a expectativa inicial de que os obstáculos mais visíveis, como a ausência de rampas e adaptações físicas, fossem predominantes. Ao contrário, a literatura consultada evidenciou que a barreira mais significativa está na forma como a escola organiza suas rotinas, concebe o currículo e compreende a diversidade. Esse resultado, ainda que surpreendente, aponta para a urgência de políticas formativas voltadas aos docentes e gestores, de modo que se ampliem as práticas de escuta, participação e cooperação.

Por fim, as conclusões deste estudo abrem espaço para novas pesquisas que possam aprofundar a relação entre políticas institucionais e práticas inclusivas. Recomenda-se a realização de investigações empíricas em diferentes contextos escolares, a fim de compreender como os princípios discutidos — pertencimento, currículo inclusivo, voz e vez e remoção de barreiras invisíveis — se manifestam nas práticas diárias. Além disso, estudos que relacionem a formação continuada de professores com a efetividade das estratégias inclusivas podem

contribuir para o fortalecimento de políticas educacionais mais consistentes. Assim, a presente pesquisa bibliográfica reforça a importância de novas análises que possam não apenas ampliar o debate, mas também orientar intervenções concretas em prol de uma educação que vá além das adaptações físicas e se configure como cultura de inclusão.

## Conclusão

O presente estudo teve como propósito analisar a inclusão escolar como prática que ultrapassa as adaptações físicas e se estabelece como cultura institucional voltada ao pertencimento, à equidade e ao reconhecimento da diversidade. Os objetivos foram alcançados na medida em que se discutiu a importância do acolhimento cotidiano como fator de pertencimento, a organização de um currículo capaz de abraçar diferenças por meio de estratégias flexíveis e acessíveis, a valorização da voz e da participação efetiva de estudantes e famílias e, por fim, a identificação e remoção de barreiras invisíveis que limitam o acesso e a permanência dos sujeitos no espaço escolar. A articulação desses elementos permitiu compreender que a inclusão, quando concebida como dimensão estrutural da vida escolar, produz efeitos significativos não apenas na aprendizagem, mas também na formação cidadã, no fortalecimento da autoestima e no desenvolvimento de competências para a convivência democrática.

Constatou-se, ainda, que a promoção de um ambiente inclusivo exige compromisso coletivo, gestão escolar participativa e formação docente contínua, capazes de transformar o planejamento pedagógico em instrumento de equidade e não em simples formalidade burocrática. Ao mesmo tempo, verificou-se que os desafios mais relevantes não residem apenas na falta de adaptações arquitetônicas, mas sobretudo nas barreiras atitudinais, curriculares e sociais que se manifestam de forma sutil, mas impactam intensamente a vivência escolar. Dessa forma, reconhece-se que a construção de uma escola inclusiva depende da superação de práticas excludentes e do fortalecimento de processos de escuta, diálogo e cooperação. Assim, estimula-se que mais pesquisas sejam feitas sobre esse assunto, de modo a ampliar o conhecimento acerca das formas pelas quais diferentes contextos escolares implementam estratégias de pertencimento, currículo inclusivo, participação coletiva e remoção de obstáculos invisíveis, fortalecendo a compreensão de que a inclusão, antes de ser uma adaptação pontual, deve constituir-se como cultura presente no cotidiano da escola.

## Referências

ARBEX, Ana Lúcia. Assembleias dramatizadas e formação de grupo: relatos de experiências com alunos de 2ºs e 3ºs anos do ensino fundamental. **Revista Construção Psicopedagógica**, v. 27, n. 28, p. 48-68, 2018.

MEDEIROS, Ricardo Tavares de; MAFEZONI, Andressa Caetano; VIEIRA, Alexandro Braga; BRAGA, Vanessa Auer. Gestão escolar e inclusão dos estudantes público da educação especial nas escolas comuns. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, n. 1, e6017,

p. 1-21, 2024.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

OLIVEIRA, Amália Rebouças de Paiva; MUNSTER, Mey de Abreu van; GONÇALVES, Adriana Garcia. Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma revisão sistemática da literatura internacional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 675-690, 2019.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SANTOS, Thais Emilia de Campos dos. O currículo na escola inclusiva: flexibilização curricular. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 8, p. 01-41, 2024.

SILVA, Ana Claudia Pinto da; FERNANDES, Grazielli; BRAGA, João Pedro Guidalli; DANZMANN, Pâmela Schultz; DURGANTE, Helen Bedinoto; PATIAS, Naiana Dapieve. Revisão integrativa de intervenções com foco no clima escolar. **Psico-USF**, v. 30, e281015, p. 2-14, 2025.